



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
ATA DA 185ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – CONSEMA

1 Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis realizou-se a Centésima octogésima quinta Reunião  
2 Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de  
3 Medeiros, 261, 15º andar, com o início às quatorze horas e dezessete minutos, com a presença dos seguintes  
4 Conselheiros: **Sra. Maria Patrícia Mollmann**, representando a SEMA; **Sra. Katiane Roxo**, representante Suplente da  
5 FECOMÉRCIO; **Sr. Marcus Arthur Graff**, representante Titular da ASSECAN; **Sr. Alexandre Jose Macedo**,  
6 representante Titular do Centro de Biotecnologia; **Sra. Lisiane Becker**, representante Suplente da ONG Mira-Serra; **Sr.**  
7 **Torvaldo Antônio Marzolla Filho**, representante Titular da FIERGS; **Sr. Eduardo de Mércio F. Condorelli**,  
8 representante Suplente da FARSUL **Sr. Rogério Maciel da Silva**, representante do Secretário de Segurança Pública-  
9 SSP; **Sr. Cylon Rosa Neto**, representante Suplente da Sociedade de Engenharia do RS-SERGS; **Sra. Marion Luiza**  
10 **Heinrich**, representante Titular da FAMURS; **Sra. Monica Marlise Wiggers**, representante do Secretário da Cultura-  
11 SEDAC; **Sr. Eloi Flores**, representante do Secretário da Educação-SEDUC; **Sr. Patrick Colombo**, representante da  
12 Fundação Zoobotânica RS-FZB; **Sra. Maria do Socorro Ramos Barbosa**, representante do Secretário de  
13 Planejamento e Desenvolvimento Regional-SEPLAN; **Sr. Clairton Valentim Mânica**, representante Titular do IBAMA;  
14 **Sr. Luiz Elody Lima Sobreiro**, representante Suplente da ONG Os Amigos da Floresta; **Sr. Guilherme Velten Junior**,  
15 representante Suplente da FETAG; **Sra. Lucia Beatriz Lopes Ferreira Sagot**, representante do Secretário da Saúde-  
16 SES; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante Titular do Comitês de Bacias Hidrográficas-CHB; **Sr. Rafael José**  
17 **Altenhofen**, representante Suplente da UPAN; **Sr. Fabricio Dutra**, representante do Secretário de Minas e Energia-  
18 SME; **Sra. Ana Lucia Pereira Flores Cruz**, representante Titular do SINDIÁGUA; **Sr. Rafael Volquind**, representante  
19 Suplente da FEPAM. Participou também o Sra. Marilene Conte/FIERGS; Sra. Nicole Escouto Fantinel/ONG Os Amigos  
20 da Floresta; Sr. Guilherme De Villa/BRF S/A ; Douglas Grando/BRF S/A; Sr. Mauricio Vieira de Souza/IBAMA, Sra.  
21 Jacira Cabral da Silveira/Jornal da UFRGS e Sra. Daniela Fuhro/Bióloga. Tendo como pauta: **1.Aprovação da Ata da**  
22 **184ª Reunião Ordinária; 2.Resolução 307/2015 Ad Referendum – exclusão das entidades por falta nas**  
23 **CTPs; 3.Resolução sobre atividades de baixo impacto em Áreas de Preservação Permanente – APP –**  
24 **Minuta em anexo; 4.Relatório Anual; 5.Proposta da ABEMA sobre a revisão das Resoluções do**  
25 **CONAMA sobre o licenciamento; 6.Assuntos gerais.** Após a verificação do quórum a Senhora Presidente deu  
26 início aos trabalhos. **Passou-se ao 1º item da pauta: Aprovação da Ata da 184ª Reunião Ordinária do CONSEMA:**  
27 dispensada a leitura da ata que foi enviada anteriormente para os conselheiros. As retificações solicitadas pela  
28 FAMURS via e-mail, atendidas. APROVADA POR UNANIMIDADE. **Passou-se ao 2º item da pauta: Resolução**  
29 **307/2015 Ad Referendum – exclusão das entidades por falta nas CTPs (Expediente Administrativo nº 10918-**  
30 **0500/15-5):** Aprovação da resolução 307/2015 Ad Referendum, que exclui a entidade IGRÉ, da CTP de Planejamento  
31 Ambiental, e as entidades UPAN e FARSUL da CTP de Biodiversidade por falta, conforme dispõe o § 2 do art. 2º da  
32 resolução CONSEMA 296/2015. Manifestou-se o Sr. Rafael/UPAN, justificando suas faltas, com relação aos problemas  
33 que tiveram com a representante que não comunicou as ausências, não existindo mais contato para comunicar a  
34 entidade. A entidade UPAN manifesta interesse, quando se abrir a oportunidade de inclusão de representante, na CTP  
35 de Biodiversidade. Sr. Luiz/Amigos da Floresta destaca que dentro da questão da representatividade, é uma atitude  
36 drástica a exclusão, mas respeita a decisão da Plenária. Cylon/SERGS esclarece que a entidade poderá encaminhar  
37 um ofício solicitando a reintegração, que virá a Plenária para ser deliberado. Sr. Eduardo/CBH ressalta que o resultado  
38 esperado era esse, de se ter uma reunião em janeiro, com quórum com mais de vinte representantes. Dra. Maria  
39 Patrícia/SEMA-Presidente, esclarece que a entidade que manifestar interesse, pode-se oficializar, que será mandado à  
40 Plenária, a CTP de Biodiversidade ficou limitado em quinze, não poderá só solicitar a inclusão, mas se pensa na  
41 alteração da própria resolução, com o critério estabelecido de limitação. Coloca-se em votação a resolução. **UMA**  
42 **ABSTENÇÃO, APROVADO POR MAIORIA.** **Passou-se ao 3º item da pauta: Resolução sobre atividades de**  
43 **baixo impacto em Áreas de Preservação Permanente – APP (Expediente Administrativo nº 2319-**  
44 **0500/16-5):** Trata-se de minuta que define outras atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental em que  
45 permitidas à intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente. Considerando a  
46 necessidade de regar atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental não especificado no inciso X do artigo 3º da  
47 Lei Federal 12.651/2012, Dra. Maria Patrícia sugere que seja encaminhado o assunto à CTP de Biodiversidade, para  
48 um melhor aprofundamento. Sra. Lisiane/Mira-Serra, coloca que a proposta de resolução é bastante superficial, e  
49 necessita de aprofundamento. Dra. Maria Patrícia esclarece que é uma minuta para início de debate, sugere que seja  
50 encaminhada para a CTP de Biodiversidade. Sr. Cylon/SERGS, sugere que seja encaminhada para a CTP de

51 Biodiversidade, e na CTP seja elaborada uma resolução definitiva para vir em votação consolidada, sugere incluir na  
52 resolução previsão sobre irrigação, abastecimento público, hidrovias – zoneamento em áreas de interesse econômico e  
53 áreas de interesse ambiental e as compensações. Mauricio/IBAMA: sugere incluir: previsões do CONAMA - Resolução  
54 369, os limites para a atividade ser considerada de baixo impacto e entregou documento com sugestões, que será  
55 anexado ao expediente administrativo que trata do tema. Eduardo/ FARSUL, lembra que essa resolução não pode  
56 extrapolar os limites estabelecidos pela lei federal, que estabelece ao CONSEMA e ao CONAMA apenas a ampliação  
57 da lista de atividades de baixo impacto ou eventuais, as atividades ou ações de atividade pública, são exclusividades do  
58 Presidente da República ampliar essa lista, estruturas públicas que não estejam listados no código florestal, artigo 3º só  
59 caberá ao Presidente da República aumentar. Rafael/UPAN salienta que se deve tomar cuidado com a ampliação do  
60 entendimento de intervenções em APPs, por isso se deve ter critérios bem definidos para não haver várias  
61 interpretações, merecendo discussões aprofundadas. Cylon/SERGS sugere que diante do que foi colocado pelos  
62 demais conselheiros que a minuta após passar pela CTP de Biodiversidade, seja encaminhada à CTP de Assuntos  
63 Jurídicos, pois a questão da insegurança jurídica seria contornada. Eduardo/CBH esclarece que a previsão de  
64 intervenção para a irrigação e abastecimento público já está no Código Florestal e na Resolução do CONAMA 369.  
65 Rafael/FEPAM complementa que quando se está colocando os empreendimentos e as atividades que podem fazer uso  
66 da área de preservação, não está se dizendo na proposta de resolução que essas atividades estão isentas do  
67 licenciamento ambiental, pois o licenciamento avaliará a pertinência da alternativa locacional e também outros aspectos  
68 que precisam ser observados antes de se fazer a autorização ou não da intervenção. Maria Patrícia/SEMA-Presidente  
69 Salienta que a EMATER solicitou incluir a proteção de nascentes para uso da água em pequenas propriedades rurais  
70 como baixo impacto e que há proposta no expediente administrativo. Marion/FAMURS informa que terá acréscimos a  
71 fazer, mas que o fará na Câmara Técnica. Após as manifestações a Presidente colocou em votação a proposta de  
72 encaminhamento para a Câmara Técnica de Biodiversidade. ENCAMINHAMENTO APROVADO POR UNANIMIDADE.

73 **Passou-se ao 4º item da pauta: Relatório Anual:** A Secretaria Executiva apresentou o relatório anual, Maria  
74 Patrícia/SEMA-Presidente, elogiou a Secretária Executiva Franciane, ressaltando que tem sido um apoio fundamental  
75 para as atividades do CONSEMA, destacando que muitas iniciativas são da Secretaria Executiva de organização.  
76 Marion/FAMURS parabeniza a Secretaria Executiva, pela condução dos trabalhos e relatório anual completo.  
77 Lisiane/Mira-Serra também parabeniza a Secretaria Executiva, esclarecendo que não se recorda de ter visto nesses  
78 anos tamanha organização. Eloi/SEDUC agradecendo a equipe da Secretaria Executiva, mas também a todos os  
79 membros da Plenária que permitiram esse relatório anual de sucesso. Maria Patrícia/SEMA-Presidente agradece a  
80 dedicação de todos, averiguando que não há nenhuma inclusão, que será publicado no site como notícia. **Passou-se**  
81 **ao 5º item da pauta: Proposta da ABEMA sobre a revisão das Resoluções do CONAMA sobre o**  
82 **licenciamento:** Maria Patrícia/SEMA-Presidente noticia que no dia de hoje e no dia quinze de janeiro haverá  
83 reunião no CONAMA da CTP de qualidade, referente a esta resolução. Houve manifestação das seguintes  
84 entidades: Mira-Serra, Corpo Técnico da Fundação Zoobotânica e FIERGS. As duas primeiras apresentaram  
85 críticas e sugestões, consoante documentos compartilhados com os conselheiros por e-mail. A FIERGS se  
86 manifestou formalmente favorável às propostas. No ano passado, abriu-se as reuniões do CONAMA  
87 pensando em revisar os regramentos de licenciamento, em razão da existência de vários projetos de lei que  
88 buscam regram esta matéria. Os órgãos e entidades estaduais de meio ambiente acreditam que esse  
89 regramento deve ser feito pelo CONAMA, onde há participação da sociedade civil e setor empresarial. Dentro  
90 da ABEMA foram feitas cinco reuniões, uma reunião por região do país, para discussão das duas resoluções  
91 do CONAMA, 01/86 e a 237/97, para que se trouxesse um novo conceito do que os órgãos ambientais  
92 entendem, dentro de suas dificuldades no licenciamento, que faltaria de regramento expresso para o  
93 licenciamento, tendo surgido essa proposta, finalizada em reunião da ABEMA de dois. É uma compilação de  
94 muitas práticas de vários Estados, tentando unificar os procedimentos e trazer experiências de licenciadores  
95 de diversos Estados do Brasil para uma proposta mais geral, onde houve consenso na grande parte. Alguma  
96 divergência entre os Estados, principalmente com relação a quem definiria o potencial poluidor, o tipo de  
97 estudo, se seria por decreto ou resolução dos CONSEMAS, isso não teve dentro da ABEMA um consenso, e  
98 se colocou as duas opções, sendo uma discussão a ser feita no CONAMA. Luis/Amigos da floresta questiona  
99 se caberia passar pela CTP Jurídica para análise dos conteúdos, para não se correr o risco de as propostas  
100 ficarem fragilizadas. Maria Patrícia/SEMA-Presidente explica que a proposta fora encaminhada não para aprovação,  
101 pois a mesma ocorrerá no CONAMA, ressaltando que é uma divulgação para de iniciar o debate e para todos se  
102 apropriarem da proposta e não ter uma decisão de mérito no CONSEMA, ficando prejudicado o encaminhamento para  
103 a CTP Jurídica. Marion/FAMURS informa que ainda encaminhará por escrito algumas observações, para auxiliar no  
104 debate, mas que os Municípios são representados no CONAMA pela CNM – Confederação Nacional de Municípios.  
105 Lisiane/Mira-Serra destaca que há um conflito, pois tramita no Senado e na Câmara Federal Projetos de Leis que  
106 tratam de temas bastante parecidos. Marion/FAMURS sugere que seja encaminhado a todos os conselheiros os PLs  
107 sobre o tema que estão em tramitação.

108 **A Secretaria Executiva encaminhará aos conselheiros os PLs que estão tramitando no Senado e na Câmara**

109 **sobre o tema. Passou-se ao 6º item da pauta: Assuntos Gerais:** Rafael/UPAN lembra a plenária sobre o assunto  
110 do Município de Montenegro, que feria a CONSEMA 288, do artigo 5º, dia quatro de janeiro o Município protocolou junto  
111 ao legislativo, que esta disponível no site do Município de Montenegro PL01/2016, um projeto de lei que fere totalmente  
112 a CONSEMA 288, ao ignorar os mecanismos de eleição das entidades membros, apenas para reforçar e ver se já  
113 existe alguma posição nesse sentido, também demonstrou a fragilidade de alguns mecanismos, a necessidade de se  
114 construir outros mecanismos, pois ainda é tênue, a necessidade de revermos e criarmos mais critérios. Cylon/SERGS  
115 solicita a reunião com os presidentes de cada CTP com a Presidente do CONSEMA. Ressaltou que poderia ser feito um  
116 planejamento de pauta, criando uma pauta crítica para se tentar resolver essa pauta durante o ano, que as entidades  
117 deixassem uma contribuição para a secretaria, de se fazer um planejamento durante o ano com objetivos principais ou  
118 de metas a ser atingidas, sendo uma pauta macro de grandes objetivos. Eduardo/CBH solicita que o CONSEMA peça  
119 ao presidente da CTP de Controle e Qualidade Ambiental esclarecimentos sobre o assunto que esta em tramitação na  
120 câmara sobre a revisão das resoluções 128 e 129 (Expediente Administrativo nº 6889-0500/15-0) e destaca que seria  
121 importante a sugestão do Cylon de um planejamento de demandas para o ano a ser estabelecida na reunião dos  
122 presidentes das CTPs com a presidência do CONSEMA. Lisiane/Mira-Serra Solicita informações sobre proposta que  
123 tramita no Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre o conflito entre o Salto do Yucumã e o aproveitamento  
124 energético. Também solicita informações sobre o repasse as ONGs que participaram de edital com recursos do FEMA.  
125 Terceiro sobre o planejamento para o ano sugere que seja analisada a lista de debates que o Eduardo tinha  
126 apresentado anteriormente, pois tem itens que não foram abordados. Marcus/ASSECAN: destaca que chamou atenção  
127 no relatório a questão do FEMA, sobre a prestações de conta do fundo que não consta e solicita que gostaria de mais  
128 informações sobre este assunto. Maria Patrícia/SEMA – sobre o Salto do Yucumã, foi uma provocação da SEMA ao  
129 CNRH, porque acima do Salto do Yucumã há uma hidrelétrica e dependendo da abertura das comportas o Salto fica  
130 alagado ou não. Assim, o debate é sobre um conflito já existente. Cylon/SERGS: convida a conselheira Lisiane/Mira-  
131 Serra para participar da reunião da CTP do FEMA que será 17 de fevereiro, onde será colocado em pauta o assunto  
132 sobre os repasses das ONGs e esclarece que a prestação de contas é feita normalmente a cada duas reuniões da  
133 câmara. Também convida o conselheiro Marcus/ASSECAN para participar da reunião e poder esclarecer suas dúvidas  
134 quanto a prestação de contas do FEMA. Eduardo/CBH: solicita informação sobre a situação das cobranças das multas  
135 do FEMA, pois anteriormente foi noticiado dificuldades que estavam sendo encontradas com relação a cobrança das  
136 multas e com os prazos. Maria Patrícia/SEMA – Presidente: esclarece que com relação ao FEMA há várias medidas  
137 sendo adotadas. Uma é o projeto de lei que foi discutido junto com a câmara técnica que é para reestruturar a  
138 secretaria executiva do FEMA, em função da ação de inconstitucionalidade do MP, este projeto de lei será enviado este  
139 ano. Informa que o FEMA recebe multa principalmente da FEPAM e começará receber também da Fauna, sendo que a  
140 SEMA também tem a ideia de não trabalhar mais com o FUNDEFLO, mas que também as multas florestais também  
141 sejam recurso do FEMA, de juntar todos os fundos ambientais em um só, à exceção dos recursos hídricos, o que  
142 facilitaria a administração. Sobre as prescrições, informa que, além do Tribunal de Contas que esta analisando as  
143 prescrições na Junta de primeiro grau e na Junta superior, também há uma sindicância, coordenada pela PGE,  
144 apurando os prescritos no FEMA, nos quais ultrapassados os cinco anos depois do transito em julgado administrativo.  
145 Informa que hoje há servidores com tarefas específicas, por portaria do Secretário de Estado e criaram-se rotinas e  
146 procedimentos, com mutirões e acréscimos de servidores para reforçar a cobrança no FEMA. Eloi/SEDUC: retoma o  
147 assunto de planejamento de pauta e destaca desafios para o grupo que é: definir quais os reais e principais objetivos;  
148 qual a direção que damos e qual nossa vinculação com a responsabilidade que temos aqui e quais são os temas  
149 estratégicos que acaba indo para as câmaras e também teríamos que ter um espaço para as demandas aleatórias. E  
150 salienta a importância de pensar, não somente as questões dos setores do comércio, indústria e agricultura, mas  
151 também da mobilidade urbana. Marion/FAMURS: faz um apelo sobre a questão da taxa de controle e fiscalização  
152 ambiental, embora não seja atribuição do conselho, para que este assunto tenha andamento, pois é uma demanda dos  
153 Municípios junto ao governo do Estado desde 2011. Lisiane/Mira-Serra: lembra que foi solicitado em uma reunião do  
154 GT Mata Atlântica um parecer da PGE sobre a legalidade do convênio Mata Atlântica, entre o Estado e os Municípios,  
155 pois a questionamentos em outras instâncias sobre a legalidade deste convênio, e gostaria de deixar registrada a  
156 solicitação.

157 Maria Patrícia/SEMA – Presidente: esclarece que o órgão ambiental SEMA e FEPAM não têm dúvida quanto a  
158 legalidade do convênio, mas que se desejar que o CONSEMA solicite o parecer, que a Conselheira encaminhe uma  
159 solicitação para inclusão em pauta da Plenária para apreciação pelos demais conselheiros e a Plenária tendo dúvida  
160 sobre a legalidade, o CONSEMA solicita o parecer para a PGE. Rafael/FEPAM: informa que no dia (15/01) às 9h a  
161 FEPAM estará dando posse há 55 novos funcionários concursados. Maria Patrícia/SEMA – Presidente: com relação ao  
162 planejamento de pauta esclarece que na Plenária do CONSEMA não há nenhuma pauta pendente, pois tudo que vem  
163 sendo demandando, tem sido incluído em pauta e feitos os encaminhamentos. Destaca que para existir prioridades, é  
164 necessário que chequem as demandas dos Conselheiros. Entende que se faça uma reunião em março com os  
165 presidentes das CTPs e se discuta na Plenária as prioridades de assuntos que estão nas câmaras. Lisiane/Mira-Serra:  
166 questiona este encaminhamento, pois as CTPs não criam demandas elas atendem as demandas enviadas pela  
167 Plenária e há assuntos estratégicos que devem ser colocados na Plenária para ver que encaminhamento o CONSEMA

168 vai dar. Destaca que dentro daquela agenda de debates tem demandas que não foram discutidas e darão ensejos a  
169 encaminhamentos e por isso não se deve ficar preso ao uma proposta de minuta, mas que também se crie  
170 oportunidades de conhecimentos da política do Estado para assuntos ambientais. Maria Patrícia/SEMA – Presidente:  
171 esclarece que, além das propostas que estão tramitando, se a Plenária do CONSEMA tem a necessidade de conhecer  
172 ou debater algum tema, pode ser solicitada a inclusão em pauta, mesmo sem proposta de minuta. Mas não vê  
173 necessidade de se fazer uma reunião para debater que pautas a serem incluídas, pois a entidade interessada deve  
174 solicitar o debate ou o esclarecimento sobre do tema que acha importante e a Plenária aprecia se quer ou não  
175 debruçar-se sobre a questão e, assim, o CONSEMA vai atendendo as matérias a medida que vão chegando. Se houver  
176 mais matérias que disponibilidade de pauta, daí concorda com o estabelecimento de prioridades. Acredita que onde as  
177 matérias tenham tramitação mais trabalhosa e demorada é nas Câmaras Técnicas e que a agilidade destas discussões  
178 depende do trabalho conjunto. Eduardo/CBH: sugere que ele faça uma revisão da agenda de debates e ver quais  
179 assuntos que foram atendidos e após a revisão se tenta montar uma pauta com a aprovação dos demais. Revisará com  
180 o auxílio da Lisiane/Mira Serra que se dispôs a tanto, a antiga lista de prioridades, e trará o assunto à Plenária. Não  
181 havendo nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às dezesseis horas e dezenove minutos. Foi lavrada a presente  
182 ata que deverá ser assinada pela Presidente do CONSEMA.

183

184

185